

## RESISTÊNCIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL E CENSURA NOS “ANOS DE CHUMBO”

*Angélica Müller<sup>1</sup>*

Este dossiê traz reflexões sobre os últimos 25 anos de nossa história: momento em que se comemora a redemocratização do país. Mas, se estamos hoje comemorando esta data é porque vários atores políticos destacaram-se neste processo durante os anos 70 e início dos anos 80. Os movimentos sociais em geral tiveram papel ímpar, e dentre eles o movimento estudantil (ME), por ter sido o primeiro ator a voltar às ruas, em 1977, pedindo “pelas liberdades democráticas”.

Nesse sentido, nossa contribuição pretende mostrar porque foi possível o ME ser o pioneiro na luta aberta pela redemocratização. O trabalho aqui apresentado é parte integrante de uma tese<sup>2</sup> de doutorado que está em andamento. Dentre outros pontos, esta procura mostrar, contrariamente do que é reforçado pela historiografia<sup>3</sup>, que o ME continuou mobilizado durante os

---

<sup>1</sup> Doutoranda em História Social na Universidade de São Paulo e Paris 1 – Pantheon Sorbonne. Bolsista do Colégio Doutoral Franco-Brasileiro CAPES.

<sup>2</sup> A tese que está em andamento procurar evidenciar e analisar a resistência do ME contra o regime militar nos anos 70 e sua rearticulação para reconstrução de suas entidades.

<sup>3</sup> É comum encontrar em nossa historiografia sobre o período afirmações de que o M.E. praticamente não existiu, ou ainda que só existiram ações isoladas, e que a resistência do período contra o regime militar se deu (basicamente) através da luta armada. Ver as obras de POERNER, Arthur.

“anos de chumbo”, praticando uma resistência contra o regime militar<sup>4</sup>. Esta resistência permitiu que o movimento fosse o primeiro ator político a retornar às ruas em prol da redemocratização do país.

Devido à brevidade deste artigo, preferiu-se destacar entre as diferentes formas de resistência apresentada no período a cultural, através da criação e circulação de jornais estudantis, por entender que os mesmos permitiram a aproximação da relação arte e política. Além disso, jornais, murais, cartazes e panfletos refletiam a própria estrutura que estava ao alcance das entidades e grupos políticos, como também as dificuldades de organização e de articulação junto com a “massa” dos estudantes. A periodicidade incerta (que algumas vezes chegava a um único número), a falta de recursos, o teor político que variou conforme o grupo atestam a questão<sup>5</sup>.

---

*Op. Cit*; RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP-FAPESP, 1993; COSTA, Caio Túlio. *Cale-se*. São Paulo: A Girafa, 2003.

<sup>4</sup> Trabalhar sobre o Movimento Estudantil (ME) nos “anos de chumbo” é propor costurar uma “colcha de retalhos”. A configuração do movimento literalmente modifica-se com relação ao período anterior devido às novas regras impostas pelo regime ditatorial. As lutas de massa, que invadiram as ruas em 68, transformaram-se em reivindicações pontuais, dentro das Universidades. Alguns estudantes, muitos deles que já estavam próximos, ingressam na luta armada que entrou para história como o símbolo da resistência do período. Sem dúvida, o “baque” de Ibiúna e a decretação do A.I-5, que aniquilaram as com as possibilidades da luta política de massa, contribuíram substancialmente para os partidários da luta armada. Outros estudantes, porém, realizaram uma resistência dentro das Universidades, evidenciando a sobrevivência possível nestes “anos de chumbo”.

<sup>5</sup> Em sua dissertação de mestrado Mirza Pellicciotta dedica oito páginas para falar da imprensa estudantil. Dentre os principais pontos trata da questão da periodicidade incerta, as inovações de linguagem e teor dos conteúdos e o problema da censura Ver: PELLICCIOTTA, Mirza. *Uma aventura política: as movimentações estudantis dos anos 70*. 1997 Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 1997. p. 182-188.

Em um segundo momento, a idéia é mostrar como as atividades desenvolvidas pelos estudantes tiveram eco a ponto do regime, que já exercia a mais dura repressão, divulgar um documento sobre a ação de determinados grupos, destacando as ações subversivas exercidas pelos estudantes.

...

A produção de um jornal pode ser vista como uma ação cultural. Começando pela reconhecimento da própria escrita e da força das palavras e imagens empregadas. Olivier Wiewiorka em seu estudo sobre o jornal *Défense de la France*, apresenta a idéia de que o jornal se constituiu como um vetor adequado a uma sensibilidade, uma cultura e uma ideologia<sup>6</sup>.

Os jornais estudantis do início dos anos 70 serviram de “tubos de ensaio” para novas experimentações em linguagens e formatos gráficos. As capas dos jornais costumavam trazer desenhos, caricaturas que evidenciavam o conteúdo crítico ao regime. Como o jornal *Impressa Universitária* da USP, assinado pela Comissão Universitária, que em seu primeiro número, em outubro de 1975 trouxe “apenas” mãos negras com os punhos trancados por uma algema que se partia<sup>7</sup>. O conteúdo das quatro páginas se referia as movimentações da greve geral feita pelos estudantes da USP quando da morte do professor e jornalista Vladimir Herzog.

Exemplo destas experimentações pode ser visto através do jornal *A Ponte – quando o muro separa...* assinado por vários centros acadêmicos da USP. *A Ponte* se propunha ser um jornal mural, de circulação semanal que durante 1973, ano da sua fundação, chegou a atingir o número de 20.000 exemplares<sup>8</sup>.

---

<sup>6</sup> WIEVIORKA, Oliver. *Une certaine idée de la résistance: Défense de la France 1940-1949*. Paris: Seuil, 1995. p. 53. (tradução livre do francês pela autora)

<sup>7</sup> *Impressa Universitária*. Comissão Universitária nº 1. out/75. Arquivo CEDEM/UNESP, fundo CEMAP – Livraria Palavra cx 124.

<sup>8</sup> PELLICCIOTTA, Mirza. *Op. Cit.* p. 186.

Arriscaríamos dizer que o jornal apresentava-se de maneira inovadora, pois, além de proposta gráfica fora do convencional, era feito não somente por uma entidade, mas sim pela contribuição vários centros (cada edição, diferentes centros participavam, não necessariamente sempre os mesmos).

O nome do jornal pode ser considerado uma “ponte” diretamente ligada ao cultural. Em 1972, o grupo MPB4 grava a música de Maurício Tapajós e Paulo César Pinheiro chamada *Pesadelo*. Com mensagens nada subliminares, *Pesadelo* escapa da censura e pode ser vista como uma das grandes músicas de protesto do período:

Quando o muro separa uma ponte une  
Se a vingança encara o remorso pune  
Você vem me agarra, alguém vem me solta  
Você vai na marra, ela um dia volta

E se a força é tua ela um dia é nossa  
Olha o muro, olha a ponte,  
Olhe o dia de ontem chegando  
Que medo você tem de nós, olha aí

Você corta um verso, eu escrevo outro  
Você me prende vivo, eu escapo morto  
De repente olha eu de novo

Perturbando a paz, exigindo troco  
Vamos por aí eu e meu cachorro  
Olha um verso, olha o outro  
Olha o velho, olha o moço chegando  
Que medo você tem de nós, olha aí  
O muro caiu, olha a ponte  
Da liberdade guardiã  
O braço do Cristo, horizonte  
Abraça o dia de amanhã

O próprio nome, então, já embuía seu caráter, seus objetivos. Definia seu lugar representando uma coletividade. Uma experiência mais aberta, dinâmica mas que tinha por intuito analisar a situação vivenciada, denunciar o regime, propor novas experiências.

No conteúdo, este jornal-mural, como a grande maioria dos jornais estudantis, dedicava algumas páginas a programação cultural da semana anunciando as atividades desenvolvidas em cada faculdade e, muitas vezes, as programações de outras universidades. Este ambiente de “livre criação”, também servia como “ponto” para convocar eleições estudantis, para discutir as “eleições” nacionais, espaço para relatar os encontros de área, os problemas do cotidiano enfrentados na universidade – principalmente a questão do ensino pago, mas também para denunciar as prisões de colegas.

Devemos levar em conta que a criação de um jornal pode ser encarada como um evento fundamental e mesmo fundador de uma determinada coletividade. Seu papel dentro da emergência de um grupo pode tornar-se decisivo. O boletim dos estudantes do DCE da Bahia, *Beba*, atesta a questão: “Com tantos problemas, agravados pela dispersão nas Escolas, onde todos se encontram, mas ninguém se conhece, a imprensa é uma necessidade para a visão crítica da realidade”<sup>9</sup>. O jornal aparece, então, como instrumento para um engajamento político, uma estratégia para organizar a luta contra a ditadura. A circulação das informações e idéias de um grupo contidas nos jornais pode ser encarada como maneira de sobrevivência dentro de um regime autoritário, e também se apresenta como mais uma alternativa para mostrar uma resistência.

Através dos próprios jornais podemos verificar as dificuldades de engajamento de estudantes bem como o incentivo a atividade “jornalística” e as atividades em geral propostas pelos centros acadêmicos e/ou grupos. O editorial do Boletim do Centro de Estudos de Psicologia (CEP) da UFMG mostra-nos o exemplo:

---

<sup>9</sup> BEBA, boletim dos estudantes da Bahia. DC UFBA, 25.05.1973, nº 5. Arquivo dos D.A's da FFCH/UFBA.

Início do ano letivo, nenhuma outra época seria mais adequada para a volta do nosso Boletim que a muito andava desaparecido. A verdade é que o antigo departamento de publicações trabalhava sozinho dentro do CEP. Hoje com a colaboração de toda diretoria do CEP e de outros muitos interessados volta nosso Boletim dependendo também de você para levá-lo adiante<sup>10</sup>.

Segundo Wieviorka, a imprensa clandestina funciona igualmente como modo de recrutamento<sup>11</sup>. Mas, mais que um simples recrutamento, um jornal permite um conagraçamento, uma possível “união” de indivíduos em prol de um determinado fim: denunciar e acabar com a ditadura era o desejo expresso de grupos de universitários. Se pensarmos por esse ângulo os poucos militantes organizados podiam, através dos jornais, atingir uma gama consideravelmente maior de estudantes pelo menos naquilo que concerne ao plano das idéias.

Nesse sentido ainda, o jornal pode ser visto como um lugar de sociabilidade que permite estabelecer, além de laços pessoais, a criação de uma cultura política, nesse caso de resistência a ditadura. Reunir-se em torno de um jornal, em tempos de repressão máxima onde as correntes políticas não podiam figurar, aparece como um meio de estruturar uma identidade coletiva para estes grupos.

Ainda, a realização de um jornal servia como meio de ação, de organizar a luta clandestina. Samira Zaidan, então estudante de Matemática na UFMG, relembra o processo de realização e distribuição do jornal *Gol a Gol*: “O jornal era impresso numa sexta. Sábado à noite, ele era montado. Eram vinte mil jornais. No domingo ele era organizado para distribuição e na segunda-feira, das 6h30 da manhã até às 7h30, tava tudo distribuído. Era isso ou nada”<sup>12</sup>.

---

<sup>10</sup> Boletim do CEP – UFMG nº 3 março de 1972. Arquivo dos D.A’s da FFCH/UFBA.

<sup>11</sup> WIEVIORKA, Oliver. *Op. Cit.* 1995. p. 37.

<sup>12</sup> Depoimento de Samira Zaidan à autora. Belo Horizonte, 08 de junho de 2007.

Podemos mensurar também através dos jornais a própria movimentação dos estudantes. Entre 1969 e 71 encontramos ainda jornais da UNE e UEE/SP que depois dessa data desaparecem. Mesmo momento em que desaparece a citação destas entidades em outros documentos. A partir de 1972 encontramos mais jornais de DCE's e C.A's e a quantidade de periódicos cresce bastante no ano de 1973<sup>13</sup>.

Notamos assim, que a circulação de jornais, mesmo durante o momento mais pesado do regime, onde comumente a historiografia do período costuma comentar a "inexistência" do movimento, nos mostra certa organização deste. As referências de um jornal no outro e também notícias de uma universidade no jornal de uma segunda, atestam a circulação das informações mostrando, ainda, um nível (mesmo que mínimo) de organização do movimento.

Interessante ressaltar ainda é que os jornais podiam representar tanto uma universidade, como o *Gol a Gol* do DCE da UFMG; como um curso como *PoliCampus*, da escola politécnica da USP que ainda editava, além do jornal, um *Boletim Informativo*. Às vezes representavam um grupo específico, como o *Mobral*, "órgão de divulgação do primeiro ciclo da UFRGS, patrocinado pelo DCE que tinha o seu próprio jornal chamado *O Universitário*. Também como o caso já relatado de *A Ponte...*, jornal mural de diferentes cursos da USP, ou ainda, jornais temporários como o *Imprensa Universitária* criado pela Comissão Universitária, Pró-DCE USP em 1975.

Jornais de determinados núcleos de estudantes, como os já citados, e como o jornal dos estudantes da FAFICH/UFMG, *Navegar é preciso*, podem muitas vezes ser entendidos como expressões de uma corrente política clandestina. O editorial deste

---

<sup>13</sup> Para falar em números, dos jornais e boletins pesquisados, dez são referentes ao ano de 1972 e 22 são referentes ao ano de 1973 (jornais pesquisados nos arquivos: CEDEM/Unesp; AEL/Unicamp; FFCH/Ufba; BDIC/Nanterre).

jornal nos mostra: “O que é um jornal? Um amontoado de artigos desvinculados entre si e distantes das coisas? Um jornal deve mostrar o que nós somos. Não uma parte escolhida e superficial de nossa atividade, mas tudo o que pensamos o que fazemos, o que queremos”<sup>14</sup>.

Expressar uma determinada ideologia através de jornal evidencia um grande meio para fazer atividade política na clandestinidade. O jornal tem a expressão escrita das idéias de um conjunto. Muitas vezes, assinado por uma representação (também ilegal) de maneira que as pessoas não se encontrem identificadas. Prova maior é de que alguns jornais aparecem assinados por nomes (sem sobrenomes) ou ainda muitos por apelidos, o que torna mais difícil a designação de cada participante na “ação”.

A diversidade, a quantidade destes jornais nos dá uma idéia dessas movimentações. Mostra um ME sempre em funcionamento que passa por diferentes fases, pautando o que podia ser expresso em cada momento. Mostrando, de certa maneira, como vão se transformando as “possibilidades de ação”, os pensamentos, as idéias: desde o apoio de algumas entidades à luta armada, entre 69 e 71, as reivindicações específicas pela educação até chegar na luta aberta pelo retorno à democracia, na segunda parte dos anos 70. Mostra, enfim, um ME sempre ativo, resistindo da maneira que lhe era possível, na luta contra o regime militar.

Torna-se também clara a ligação dos jornais estudantis com a imprensa alternativa<sup>15</sup> pois, além de publicarem matérias destes jornais (bem como das grandes mídias consideradas liberais quando o assunto tratava dos “interesses estudantis”), também

---

<sup>14</sup> Editorial. In: *Navegar é preciso*. Jornal dos estudantes da FAFICH/UFMG. Nº 3. 30/09/74. p. 02. Arquivo dos D.A's da FFCH/UFBA.

<sup>15</sup> Devemos lembrar que este é o momento de desenvolvimento da imprensa alternativa cujos principais jornais *O Pasquim* (1969), *Opinião* (1972) e *Movimento* (1975), reuniam setores da intelectualidade brasileira na luta pela resistência ao regime e por isso alvo de muita censura. Para maiores informações sobre imprensa alternativa e a relação com o governo

ajudavam na divulgação dos mesmos. Podemos constatar essa questão através da contracapa do jornal *Gol a gol se pegá com o pé é díbra*, de outubro de 1975, que no seu pé de página trazia uma propaganda do Jornal *Movimento*: “um jornal democrático: leia e assinhe. Assinaturas e vendas nos Diretórios Acadêmicos da UFMG e UCMG”<sup>16</sup>.

Com a censura imposta, os jornais estudantis tornam-se veículos – mecanismo do cotidiano de transmissão dos valores apreçados por diferentes grupos na tentativa de alcançar a massa estudantil – com intuito de informar sobre a realidade e de criar uma consciência de resistência contra o regime. O jornal, assim, passa a ter mais que um valor simbólico, da própria ação da imprensa clandestina, mas também este simbolismo pode ser visto na própria estruturação dos textos, muitas vezes dos subtítulos, da linguagem metafórica utilizada no lugar das expressões abertas<sup>17</sup>.

Enfim, a construção de um jornal visa, no momento aqui estudado, criar um pólo para unir os colegas (mesmo que seja em torno “dos seus problemas comuns” como disse um jornal universitário<sup>18</sup>), se propondo a levar aos estudantes subsídios

---

militar, ver: KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. SP, Scritta, 1991. AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, imprensa e Estado autoritário: 1968-1978*. São Paulo, Edusc, 1999. ARAÚJO, Maria Paula. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: FGV, 2000. NAPOLITANO, Marcos. A imprensa e a “questão democrática” nos anos 70 e 80. In: \_\_\_\_\_. *Cultura e poder no Brasil Contemporâneo*. Curitiba: Juruá, 2005. p. 145-161.

<sup>16</sup> *Gol a Gol se pegá com o pé é díbra*. DCE Ano III. Nº 18 30/10/1975. BDIC F delta 1120 (6).

<sup>17</sup> Este parágrafo foi escrito com uma livre referência ao artigo de KEDWARD, Roderick. *La résistance, l’histoire et l’anthropologie: quelques domaines de la théorie*. In: GUILLON, Jean-Marie; LABORIE, Pierre (dir). *Mémoire et histoire: la résistance*. Toulouse: Éditions Privat, 1995. p. 109-118.

<sup>18</sup> *Mobral* – Órgão de Divulgação do primeiro ciclo da UFRGS/patrocinado pelo DCE. Ano 2 nº 1 (1973). Arquivo dos D.A’s da FFCH/UFBA.

para gerar debates sobre a realidade nacional com intuito de legitimar a batalha contra o regime militar. O que nos permite inferir que o jornal era utilizado como estratégia de luta dos estudantes ou ainda como aponta o jornalista Bernardo Kucinski, que os jornais representavam a busca por construir espaços de resistência ao regime militar<sup>19</sup>.

---

### **Reverberação das atividades do M.E: a censura praticada pelo regime**

As atividades propostas pelo movimento não escapavam da repressão realizada pelo regime. O auge desta questão parece ter eclodido quando a Divisão de Segurança e Informação, do Ministério da Educação e Cultura, publicou o folheto intitulado “Como eles agem” no início do ano de 1974<sup>20</sup>. O folheto se propôs a denunciar como as organizações esquerdistas visavam o apoio popular. Segundo o documento, identificando as finalidades das organizações com as necessidades e aspirações do povo através das “letras e das artes” almejando, assim, o enfraquecimento do governo. O folheto era dividido nas duas áreas: educação e cultura.

Não por acaso, o primeiro “conjunto de subversivos” analisado foi o corpo discente. Começando pelas publicações estudantis (jornais, panfletos) que constituíam, na visão apresentada, “um dos pontos vulneráveis à infiltração ideológica comunista” por tratarem de temas que provocavam polêmica e levavam a condutas negativas. O ponto aqui levantado atesta a tese escrita acima, que os jornais, feitos por uma minoria militante, serviam de instrumento para circulação de idéias abrangendo, dessa maneira, um contingente maior de

---

<sup>19</sup> KUCINSKI, Bernardo. *O fim da ditadura militar*. Col. Repensando a história. São Paulo: Contexto, 200

<sup>20</sup> Como eles agem. In: *Gol a Gol se pegá com o pé é dibra*. DCE Ano II. Nº 12. .25/05/74. Arquivo: BDIC F delta 1120 (6). Segundo o jornalista Marcelo

estudantes.

Os principais conteúdos debatidos pelo ME como o ensino pago, a reforma universitária, os acordos MEC/USAID, foram descritos no documento. Também fizeram referência à maneira como os jornais e panfletos eram “astuciosamente” entregues aos estudantes nas ocasiões festivas e semana de estudos.

Um ponto que merece destaque refere-se à participação discente nos diretórios. Segundo o relatório:

Ultimamente tem se verificado certo desinteresse e esvaziamento nas representações estudantis, por uma grande parte dos estudantes. Isto pode ser considerado uma atitude contestatória dos estudantes, face às disposições governamentais que procuram cercar as atitudes tendenciosas de certos elementos infiltrados nos diretórios <sup>21</sup>

O “desinteresse” e o “esvaziamento” das entidades com os motivos atestados encobertaram e suavizaram todo um aparato de repressão que se instalou contra aqueles que ousavam estar contra regime. Nesse caso, principalmente nos “anos de chumbo”, militar em um “centrinho”<sup>22</sup>, ou estar vinculado abertamente a alguma tendência de esquerda, significava colocar a própria vida em risco. Muitos se arriscaram e alguns chegaram a perdê-la.

Para finalizar, o ponto concernente aos estudantes, o relatório fala sobre o aumento do uso de entorpecentes entre os jovens. Não de uma simples constatação do caso, pois propunha

---

Moraes do jornal *O Estado de São Paulo* o documento data de 1970, contendo 75 páginas e seu acesso está como reservado no Arquivo Nacional em Brasília. Esta informação foi retirada do site [http://www.mndh.org.br/index.php?Itemid=56&id=1033&option=com\\_content&task=view](http://www.mndh.org.br/index.php?Itemid=56&id=1033&option=com_content&task=view) acessado em 24 de abril de 2009.

<sup>21</sup> Idem.

<sup>22</sup> Nome falado informalmente designando os Centros Acadêmicos entre os estudantes da época.

que a “toxicomania” era uma das “armas mais sutis do variado arsenal do movimento comunista internacional”. Em escala mundial os jovens estavam se beneficiando da revolução sexual, do uso da pílula e do uso de drogas como maneira de vivenciar novas experiências e práticas sociais libertárias. “Culpabilizar” o famigerado comunismo era mais um dos subterfúgios utilizados pelos militares, que favoreciam o “choque de gerações” entre pais e filhos na década de 1970.

O ponto referido aos docentes, menor que o primeiro, enfatizava, entre outras questões, justamente aqueles professores que eram contra a política do governo e se “entendiam” com os “subversivos” na tentativa de reestruturar o ME. Para aqueles que elaboraram o documento, essa era a explicação para o “fato de muitos professores preferirem o cargo de chefes de departamento ao de reitor ou de diretor”, pois assim os mesmos ficavam mais próximos dos alunos. Em momento algum se colocava em questão que as orientações políticas do governo, no campo educacional, além da suprema vigilância e repressão, poderiam ser os fatores que afastariam os professores dos cargos dirigentes das universidades.

Podemos, assim, inferir que o “precário” movimento estudantil acabava por fazer “peso” quando se tratava de apontar os opositores do regime. A preocupação em relatar as maneiras de ação poderia também servir para restringir a participação de estudantes no movimento. Mas atestava, principalmente, que estas manifestações realizadas por jovens militantes universitários eram consideradas um “perigo a nação”, uma “pedra” no caminho de um regime autoritário que viveu seu momento mais pesado no início dos anos 70.

Na área da cultura, os destaques foram dados para cinema, teatro, música, imprensa e religião. Em cada tópico reforçavam a idéia de que a arte era utilizada como uma poderosa arma ideológica e de dissolução dos bons costumes. Chegam a nomear nomes como Glauber Rocha no cinema, Grupo Oficina no teatro

e Chico Buarque na música.

Sobre os tópicos teatro e música, acabam por estabelecer uma relação direta dos artistas com o meio estudantil. Seja pela parte dos artistas, divulgando suas mensagens para os estudantes, como também através dos próprios estudantes, produtores de uma cultura subversiva.

O manifesto não passou despercebido na imprensa e ainda podemos inferir que foi imposto a ela. A Revista *Veja*<sup>23</sup> dedicou uma página para divulgar os resultados do relatório e saudou o Ministério pela coragem de “dar um basta” à investida subversiva.

Já *O Estado de São Paulo*<sup>24</sup> (OESP) divulgou a demissão de Pedro Vercílio, um dos responsáveis pela publicação, que foi exonerado por haver discordâncias dentro do Ministério sobre a publicação. O Ministro de então, Jarbas Passarinho, conforme a reportagem, comentou que “não concordava com grande parte das opiniões” ali enunciadas. O *OESP*, que apoiou o golpe militar, nesse momento já não se encontrava favorável ao regime<sup>25</sup>, mas,

---

<sup>23</sup> Como eles agem. Revista *Veja*. Edição nº 283. 06 de fevereiro de 1974. p. 32.

<sup>24</sup> *O Estado de São Paulo*. In: *Gol a Gol se pegá com o pé é dibra*. DCE Ano II. Nº 12. 25/05/74. Arquivo: BDIC F delta 1120 (6).

<sup>25</sup> A partir de 1966, *O Estado de S. Paulo* começou a mudar de posição, publicando editoriais pessimistas quanto à evolução política nacional, embora fosse mantido o apoio aos “êxitos da revolução no campo econômico-financeiro”. No dia 4 de abril de 1968, a Frente Ampla foi extinta, sua sede no Rio de Janeiro lacrada e as suas atividades proibidas em todo o território nacional. Foi a partir desse momento que *O Estado de S. Paulo* começou a definir-se mais propriamente como órgão oposicionista, entrevedo no enfraquecimento visível do dispositivo político do governo central “o caminho que se abria para a ditadura”. Durante o governo do general Emílio Garrastazu Médici, o jornal manteve-se novamente em posição ambígua, tecendo elogios à situação econômica-financeira do país, mas ressaltando que no setor político a “mensagem [do governo era] muito pobre”. Ao longo de todo o governo Emílio Médici o jornal permaneceu sob censura prévia, que seria suspensa apenas em abril de 1975, já no governo do presidente Ernesto Geisel. Com a vitória da oposição nas eleições legislativas de

devido à censura, e mesmo uma possível “dependência econômica que tinha do Estado”<sup>26</sup>, as posições contrárias eram “amortecidas”.

Zuenir Ventura, em artigo sobre o panorama cultural dos anos 70 para revista *Visão*, chega a comentar sobre o folheto como “um entre tantos indícios das dificuldades que o regime enfrentará, dentro de si mesmo, para o reencontro com a cultura”<sup>27</sup>.

Oposição frontal ao documento veio das organizações estudantis. O CCA da USP fez um manifesto intitulado “Caça às bruxas”. Segundo o manifesto, os jornais foram obrigados a publicar o documento. Na visão daqueles estudantes esta seria mais uma tentativa do regime em “preparar a opinião pública para uma nova investida contra a Universidade”<sup>28</sup>,

---

1974, desencadeou-se o processo de restauração dos direitos políticos democráticos, conduzido pelo próprio regime militar, que se estendeu até março de 1985, quando se iniciou a Nova República, com a posse do presidente José Sarney. Nesse sentido, diferentemente de outros órgãos da imprensa que foram liberados da censura apenas no final da década de 1970, *O Estado de S. Paulo* pôde acompanhar todos os passos trilhados em direção à redemocratização do país gozando de uma autonomia que expressava ao menos o ponto de vista de sua direção, ainda detida por Júlio de Mesquita Neto. Retirado do verbete do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro.

<sup>26</sup> Para compreender o panorama da mídia nos anos 70 ver artigo de Alizra Abreu e Fernando Weltmann. LATTMAN-WELTMANN, Fernando. ABREU, Alizra Alves de. Uma instituição ausente nos estudos de transição: a mídia brasileira. In: ABREU, Alizra Alves de (org). *A democratização no Brasil: atores e contextos*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

<sup>27</sup> VENTURA, Zuenir. Da ilusão do poder a uma nova esperança. Generosa e ingênua, a arte até 1964 queria transformar tudo: povo, poder e realidade. Revista *Visão*, março de 1974. In: GASPARI, Hélio; HOLLANDA, Heloísa Buarque; VENTURA, Zuenir. *70/80 Cultura em trânsito: da repressão a abertura*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000. p. 105.

<sup>28</sup> Caça às bruxas. In: *Gol a Gol se pegá com o pé é díbra*. DCE Ano II. Nº 12. 25/05/74. Arquivo: BDIC F delta 1120 (6).

principalmente contra as entidades estudantis. Da Universidade Federal da Bahia um manifesto assinado pelo DCE, D.A's e CUCA denunciando os atos da Assessoria Especial de Segurança e Informação da Universidade que, baseado no folheto, passaram a proibir shows, assembléias e efetuaram a prisão do vice-presidente do DCE<sup>29</sup>.

A militância da UFMG, além de elaborar uma nota, fez uma edição especial do seu Jornal *Gol a gol* intitulada Subversão, contendo um dossiê com dez páginas onde traziam parte do documento do Ministério, várias reportagens da grande mídia, os manifestos estudantis nos diferentes estados e reportagens sobre o assunto.

Vemos assim, que mesmo com a dificuldade de se fazer uma resistência, principalmente pelo número pequeno de militantes dispostos a enfrentarem o regime, muitas vezes atuando de maneira isolada como freqüentemente afirma a historiografia sobre o período, a parca comunicação entre estados, universidades, frações políticas acabava por fortalecer os laços do movimento.

Enfim, o documento "Como eles agem" reforça a tese de que parte dos estudantes, intelectuais, imprensa e artistas faziam uma frente de esquerda contra o regime através de uma resistência cultural. O ME parece jogar um peso grande não apenas sendo um consumidor deste "mercado cultural engajado", nem tão pouco um mero reflexo deste cenário, mas atuando também como seu "produtor", tendo um vista o um uso político. Proporcionava, ainda, o diálogo mais próximo entre público e artistas fortalecendo os laços da resistência cultural: uma das grandes marcas contra o regime nesta primeira metade da década de 1970.

---

<sup>29</sup> Idem.